

# REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: OBSTÁCULOS À UNIVERSALIZAÇÃO E RISCOS À CONSTRUÇÃO DA QUALIDADE<sup>1</sup>

Aumeri Carlos Bampi\*  
aumeribampi@gmail.com  
Jeferson Odair Diel\*\*  
jeferson@unemat.br

## RESUMO

Este estudo faz uma reflexão sobre a educação superior brasileira contemporânea e analisa seu estado, os desafios para a universalização e a construção da qualidade. Para tanto, foi necessário observar as características e as peculiaridades das políticas públicas emanadas do período recente, em especial o que compreende as três últimas décadas. O estudo classifica-se como descritivo, retrospectivo baseado em revisão documental e de literatura. Quanto à técnica de coleta de dados, foram feitas buscas com palavras-chave e acesso a arquivos de documentos; quanto à análise dos dados, trata-se de leitura, análise crítica e dialética embasada em referencial teórico específico. Como resultado, aponta-se que é preciso repensar profundamente a educação brasileira, suas instituições de ensino superior e suas universidades, observando-as como componentes essenciais de um sistema educativo; não é estratégico ao país mantê-las como um conjunto de instituições desconexas e/ou somente justapostas por legislação. Pensar e remodelar a educação superior irá requerer uma forte reorganização das políticas públicas para a educação como um todo.

**Palavras-chave:** educação superior brasileira; políticas públicas; universidade; universalização; qualidade da educação.

## 1 INTRODUÇÃO

A situação da educação superior no Brasil tanto tem relação com políticas do passado de colonização portuguesa (mais pela ausência institucional ou não existência), quanto das políticas imperiais e provincianas. Posteriormente, tem relação com as políticas positivistas inspiradoras da República, das políticas nacionalistas do período ditatorial e com as políticas neoliberais recentes. Cabe ressaltar que, em parte diminuta, ainda subsistem as tentativas de configuração de uma universidade integrada à vida da nação, promovendo parcialmente um projeto de desenvolvimento nacional pensado intensamente entre as décadas de 1930 a 1960.

---

<sup>1</sup> Uma versão inicial deste estudo foi apresentada no XIII Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas em Buenos Aires – Argentina (2013).

\* Doutor em Filosofia e Ciências da Educação Universidade de Santiago de Compostela – Espanha – Pós-doutor em Psicologia pela USP, Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/FAEL), *Campus* Universitário de Sinop. Líder do Grupo de Pesquisa Antroposfera – PPGCA, PPGEQ.

\*\* Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Nacional de Cuyo – Argentina - Profissional Técnico da Educação Superior da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/FAEL). Docente UAB/UNEMAT.

Essas ações, entretanto, não se configuram como um projeto nacionalista de oferta do ensino universitário.

A educação superior no Brasil apresenta-se como multifacetada e construída sobre origens diversas, em diferentes épocas da história político-administrativa do país, mas, sem dúvida, com maiores modificações e indicativos de inclusão social após a Constituição de 1988.

Sobre o processo histórico, ao contrário da América hispânica, a América pertencente inicialmente ao domínio português implantou tardiamente as suas instituições de educação superior, ficando cativa da metrópole em relação à formação em tal nível.

As universidades, portanto, são instituições do século XX no Brasil. Tomando por base a fundação das universidades na América espanhola, no Brasil há atraso em relação ao tempo histórico de implantação. Em contrapartida, mesmo novas em seu processo de estruturação, muitas universidades brasileiras possuem alta projeção nacional, regional e algumas poucas possuem projeção internacional, conforme diversos rankings de educação superior mundiais.

## 2 RANKING DAS MELHORES UNIVERSIDADES

O QS World University Rankings® 2015/16 mostra que, entre as cem melhores do mundo, o Brasil não possui nenhuma universidade. É algo um tanto estranho, uma vez que em termos econômicos o país está entre as dez economias mais fortes mundialmente e com alto potencial de crescimento. Já entre as colocadas entre 100<sup>a</sup> a 200<sup>a</sup> temos pelo menos duas (USP e UNICAMP), sendo que as demais estão situadas entre as posições posteriores às trezentas colocações.

**Figura 1** – Posição das Universidades Brasileiras QS World University

Posição no ranking de 2015	Universidades
143°	Universidade de São Paulo
195°	Universidade Estadual de Campinas
323°	Universidade Federal do Rio de Janeiro
451- 460	Universidade Federal do Rio Grande Do Sul
481-490	Universidade Estadual Paulista
491-500	Universidade de Brasília
491-500	Universidade Federal de São Paulo
501-550	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
501-550	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
551-560	Universidade Federal de Minas Gerais
651-700	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
651-700	Universidade Federal de São Carlos

701+	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
701+	Universidade Estadual de Londrina
701+	Universidade Federal da Bahia
701+	Universidade Federal de Santa Catarina
701+	Universidade Federal de Santa Maria
701+	Universidade Federal de Viçosa
701+	Universidade Federal do Ceará
701+	Universidade Federal do Paraná
701+	Universidade Federal de Pernambuco
701+	Universidade Federal Fluminense

**Fonte:** QS World University Rankings® 2015/16.<sup>2</sup>

Em relação à projeção nacional ou internacional das universidades brasileiras, aparecem, em grande maioria, as universidades públicas e, entre as dez primeiras, apenas duas universidades confessionais católicas, o que por si começa a expressar a atual realidade da educação superior brasileira.

Há sobre a educação superior no Brasil, com certeza, uma diversidade de posições e conceitos que a faz não possuir uma identidade ou singularidade, dada a forma de sua construção. A vertente inicial, diferente da América hispânica, com sua tradição jesuítica ou de outras ordens religiosas, foi profissionalizante. Desde o início, com a visão imperial, a vertente foi esta e, mesmo depois, com a implantação do regime republicano, a visão continuou e se aprofundou, sob a forte influência do positivismo inspirador dos militares construtores da República.

O conceito de universidade não cabia no contexto político inicial da sociedade brasileira, na percepção política dos administradores, daí a dificuldade em vingar a ideia. Tal situação vem desde o processo da reforma pombalina em Portugal, passando pela implantação do governo imperial brasileiro, até a implantação da República em suas diversas fases.

O contexto central seria: escolas superiores com finalidade para áreas específicas como Medicina, Direito ou Engenharia e outras de que necessitasse o país, podendo até constituir um conjunto de cursos, mas sem dar espaço à configuração de uma “universidade” no sentido do trabalho com um universo plural de saberes. Tal situação perdurou até o século XX, quando, finalmente, tomou força a ideia de universidade, embora ainda sem uma visão de distribuição no território nacional.

A educação superior brasileira atual é como o próprio país, pois reflete uma mistura de configurações políticas, concepções e estruturas organizacionais, de interesses e de finalidades em diversos momentos que envolvem o poder público central (federal), os poderes regionais (provinciais ou estaduais), municipais e historicamente os interesses da Igreja

<sup>2</sup> Quadro adaptado para este trabalho com a padronização das siglas para o nome das Universidades.

Católica (na configuração de uma rede de instituições pontifícias, entidades comunitárias e faculdades isoladas).

Mais recentemente, principalmente da década de 1990 em diante, recrudescceu a criação de instituições particulares em grandes conglomerados pertencentes a grupos econômicos. Tratou-se de um processo acelerado incentivado pelo Governo Federal à época e mantido, posteriormente, como aproveitamento da capacidade educativa instalada pelas políticas nacionais, em especial com financiamento e bolsas estudantis.

Ao fim da década de 1990, iniciou-se um processo de investimento privado internacional associado a grupos nacionais, formando corporações educativas de grande porte no país, voltadas especificamente à ideia de formação de pessoal, resumindo a formação universitária em uma visão de capacitação de pessoal que está tomando proporções no sentido de caracterizar de maneira problemática a educação superior brasileira, uma vez que a tendência mais forte é pela formação de mão de obra e reprodução do conhecimento, ao invés de apostar no desenvolvimento cidadão, na construção da ciência, da tecnologia e mesmo da inovação metodológica ou de processos.

### **3 MOSAICO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA**

Dada sua origem, formas de conceituação política, interesses diversos, distribuição desigual e diversa no território, o que podemos chamar de universidade brasileira, entendendo-a como sinônimo de educação superior, é uma espécie de “colcha de retalhos”, que não compõe um sistema, mas um agregado plural de instituições, originadas das mais diversas formas, dentro do qual o que se denomina universidade é menos de um décimo do total. E mesmo tal agregado ocorreu mais por força de pressão, controle da legislação e tentativa de avaliação que se iniciou fortemente com as políticas neoliberais da década de 1990, do que por possuir uma face rapidamente identificável e constituir uma rede de formação superior, de pesquisa e extensão voltada ao interesse do país.

Não se pode dizer, na atualidade, que a universidade brasileira tem uma identidade, senão que na diversidade institucional há identificação de características similares em um conjunto de instituições diferentes na gestão, na organização, no funcionamento, no financiamento e na qualidade formativa e mesmo nos interesses.

Ainda se tem uma universidade elitista, multifacetada, recente e, com certeza, independentemente do nível de qualidade, pernicioso do ponto de vista social e político, no contexto da sociedade brasileira. Também não significa que, por ser elitista, seu grau de referência na qualidade educativa seja alto. Pelo contrário, o Ministério de Educação debate-se a cada avaliação anual nos exames nacionais de desempenho de estudantes, tentando forçar a elevação dos índices com melhoria de critérios para avaliação, dentro do que compõe o sistema nacional de avaliação das instituições de ensino superior e de desempenho estudantil.

Ao contrário da graduação, embora tenha passado por sensíveis melhorias nas universidades públicas, principalmente, em virtude da constante pressão avaliativa, a pós-graduação *stricto sensu* já possui certo grau de maturidade e tem elevado continuamente sua qualidade e produtividade, tendo por meta cumprir basicamente com padrões internacionais mínimos. Esses avanços decorrem por força e controle de uma Fundação (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES) que estabelece rígido padrão de controle e certificação da produção. Ressalta-se que, diferentemente da graduação, a pós-graduação *stricto sensu* desenvolve-se em maioria nas universidades públicas, até o momento. Nesse contexto é bom ressaltar que ocorre também um questionamento a esse modelo adotado de produtivismo científico, pois não considera produções locais e regionais como relevantes.

Quanto à CAPES, ocorre que, tal órgão somente trabalhou políticas de desenvolvimento e observação do território nacional como um todo apenas muito recentemente, o que fez que a maioria dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* estivesse no Sul e Sudeste, as regiões economicamente mais desenvolvidas do país. Desnecessário lembrar que em tais regiões a desigualdade social é muito presente, em especial nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro.

Outra questão é que o sistema de pós-graduação torna-se reprodutor do existente, ficando a cargo da espontaneidade e voluntarismo institucional seu desenvolvimento, sem visão nacional estabelecida estrategicamente e distribuída no país, muito embora tenha havido políticas de interiorização de formação de mestres e doutores. Em essência, essa qualificação dá-se por intermédio de cooperação com mestrados e doutorados interinstitucionais, que são uma espécie de colaboração entre uma instituição ou programa de pós-graduação já consolidado, com instituições que necessitam em seus quadros, de mestres e doutores. Esses estudos foram financiados na maioria pela CAPES e mesmo agências, fundações ou governos estaduais.

Recentemente, houve mudança de postura e o estabelecimento de programas de mestrado profissional desenvolvidos por uma política indutiva de formação no país, atingindo

áreas como Matemática, Letras e Física, em direcionamento direto aos profissionais da Educação Básica. Recentemente, novas áreas foram inseridas.

Na questão da graduação, as estratégias para a construção de uma visão nacional sobre a graduação foram focadas, na última década, na ampliação de número de instituições federais, ampliação de cursos de graduação e distribuição em cidades polo, no interior do país. A expansão pública em termos quantitativos, porém, ainda é insignificante diante da expansão privada da graduação que se fez desde a década de 1990.

Ainda sobre a questão do elitismo, há que se fazer uma observação: somente ao final da década de 1990 é que o país conseguiu universalizar a Educação Básica, em especial o Ensino Fundamental. Quanto ao acesso à segunda etapa da Educação Básica, o chamado Ensino Médio, o problema ainda persiste, redundando em uma qualidade precária quando da entrada no ensino superior.

#### **4 AUMENTO DO ACESSO E PERMANÊNCIA NOS CURSOS SUPERIORES**

Para a educação superior, a problemática está colocada. O acesso amplo ao ensino superior é altamente limitado por questões de escolaridade (essencialmente a permanência), por questões de renda (ainda que a renda tenha se elevado nestes últimos anos, a imensa desigualdade social brasileira persiste) e pela baixa quantidade de vagas ofertadas no ensino superior público.

Sobre a década de 1990, retomando a questão de escolaridade, é preciso dizer que houve um grande feito em relação à questão da universalização da Educação Básica, no passado governo de Fernando Henrique Cardoso (dois mandatos: 1995 a 2002), embora com precária qualidade pedagógica e de estruturas.

O mesmo governo, sem investir na educação superior pública, abriu a possibilidade de expansão acelerada do ensino superior privado, em plena concordância com as políticas de pressão externa que fazia o Fundo Monetário Internacional, ditando as regras dos parques investimentos em educação para o Brasil e para a América Latina. O caminho escolhido foi o privatista, em sintonia com as ordens internacionais e com a vontade da direita política nacional que viu na educação superior um grande negócio. Nesse mesmo período, é preciso lembrar que todo um conjunto de empresas estatais brasileiras foi privatizado, sem opção de escolha social.

Quanto à educação superior, nesse período, tal conjuntura abriu uma possibilidade de acesso a essa modalidade de ensino tão somente às classes sociais moderadamente favorecidas economicamente. Esse processo não pode ser entendido apenas como uma simples incapacidade do estado brasileiro em oferecer ensino superior público, mas como uma clara opção pela mercantilização da educação superior (a educação superior como serviço). Seria, portanto, mais um “filão” de exploração empresarial, pois as classes médias, em especial a média baixa, ainda que em não expressivo número dentro da realidade brasileira, mas com crescimento populacional do país, não adentrava no ensino superior público, dada a pequena oferta, que se mantinha quase com a mesma quantidade de vagas da década de oitenta.

Observa-se, no período da década de 1990, um forte crescimento nas matrículas de ensino superior, sendo alocadas, em sua maioria, em cursos de faculdades ou universidades privadas, dificilmente acessíveis às populações de baixa renda. O número de instituições particulares na década de 1990 cresceu vertiginosamente.

Tentando inverter esse processo e essa lógica, o governo federal seguinte, sob a presidência de Luis Inácio Lula da Silva, 2003-2006 e 2007-2010, construiu e implementou um plano de acesso à universidade que passou por dois momentos: o primeiro composto de duas partes, PROUNI (Programa Universidade para Todos) e FIES (Programa de Financiamento Estudantil). Ambos são mantidos até a atualidade e foram fortalecidos, o que aumentou a inserção da classe média baixa junto à universidade, tendo como ideia não mais o fortalecimento do ensino superior privado, mas sim a ideia de uso da capacidade educativa instalada na década anterior. Essa situação recebeu inúmeras críticas de teóricos pertencentes a instituições públicas, pois, em um primeiro momento desse governo, a educação superior pública não ampliou vagas, nem houve criação de instituições.

Tal situação relatada anteriormente da inserção privatista na educação superior foi um marco fortíssimo na sociedade brasileira, dada quantidade de instituições particulares e a quantidade de oferta de vagas, que hoje representa aproximadamente 75% da educação superior no país. É difícil a reversão desse quadro no Brasil, em curto prazo, significando que a formação privatizada responde por aproximadamente  $\frac{3}{4}$  da formação, que estabelecerá significativas marcas na sociedade brasileira, em especial sobre as camadas da classe média e média baixa. Com bolsas e financiamento, no entanto, o acesso a esse bem cultural, chamado ensino superior, ficou, de certa forma, suportável.

Sem profetismo ou determinismo, cremos que o rumo está traçado para pelo menos uma geração brasileira, significando que a universidade brasileira continuará com esse perfil

ao menos na primeira metade do século XXI. Essa constatação representa um enorme desafio à sociedade brasileira, bem como enorme risco, diante da situação de precária qualidade com que se desenvolve a formação privada. Tem-se, como agravante, o limitador econômico de seu acesso, somente compensado pela oferta pública de bolsas e financiamentos, por meio do próprio governo federal, que, obviamente possui um limite orçamentário embora, para as corporações educativas, esse é um grande negócio, envolvendo bilhões de dólares.

Tal situação precisa ser entendida dentro do contexto da sociedade brasileira e sua estrutura social e educativa. Dadas as dificuldades que o país enfrenta em outros níveis de ensino (educação infantil, em processo de implantação no país), ensino fundamental de precária situação e ensino médio excludente e sem definição (profissionalizante ou não), os investimentos terão de ser distribuídos; no entanto, dificilmente haverá uma opção pelo forte investimento e desenvolvimento do ensino superior público, de modo a reverter a situação colocada desde a década de 1990. Há esperança no investimento dos *royalties* de exploração do petróleo do denominado “Pré-Sal”, mas, na atualidade, essa injeção de recursos é mais expectativa do que realidade, pois também deverão ser utilizados para sanar graves problemas em outros níveis de ensino.

O segundo momento do governo Lula, em relação à educação superior, foi marcado pelo REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Esse programa pauta-se no fortalecimento das universidades federais, públicas, a partir da reestruturação física, de equipamento e recursos humanos, além da expansão e interiorização da rede federal de ensino superior e dos *campi* existente e criação de novas universidades e *campi*. Abarca, igualmente, a rede de Institutos Federais de Educação Tecnológica, denominados Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

## **5 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA**

O passivo educativo em relação às classes baixas continua a existir no país, dado que a universalização do ensino superior é uma meta ainda distante, pois pouco mais de 10% dos jovens de 18 a 24 anos têm acesso a essa modalidade de ensino. Então, não é exagero afirmar que o ensino superior brasileiro atua como elemento específico de reprodução dos padrões de desigualdade social e exclusão, já que seu acesso é dado pela condição socioeconômica e cultural. Pode, entretanto, a universidade gerar contradições, produzindo formação não mimética, que se ponha em contradição ao que se desenvolve no sistema social. Excluir ou

incluir depende do que se passa dentro dela e do que se passa fora dela politicamente em relação à missão político-social que deve desempenhar no contexto da sociedade brasileira.

Outra questão é que a universidade brasileira carrega consigo também as contradições políticas, pedagógicas e de gestão, como parte da sociedade; porém, novas tendências sociais e políticas fazem-se sentir dentro da universidade, como da universidade para a sociedade. Tal processo é maior nas instituições públicas, mas, mesmo assim, é um importante exercício de interação, que anteriormente não era muito percebido, senão em alguns momentos de manifestação estudantil (período ditatorial) e manifestações grevistas da década de 1990, dado o fechamento e elitismo universitário.

Embora lentos, no país foram alcançados alguns avanços na educação superior pública, que representam enormes conquistas. Na última década, houve a abertura de novas instituições públicas, aumento de vagas na graduação, ampliação substancial da pós-graduação, política ousada de qualificação docente, aumento do número de *campi*, utilização dos modelos *multicampi* por meio da interiorização, processo este importantíssimo para fomentar as pesquisas e atender a dinâmica populacional do país e seu desenvolvimento em cidades regionais de médio porte, as denominadas cidades médias. Houve aumento dos cursos de pós-graduação, intercâmbios regionais, aumento da capacidade produtiva e de pesquisa e formação.

Sem menosprezar tal processo, é preciso dizer que ainda o país está distante de oferecer um caminho menos excludente de acesso ao ensino superior às camadas mais baixas da população. Universalizando o acesso, cria-se condição fundamental para a superação da enorme desigualdade social e a possibilidade de colocar o país na contemporaneidade com sustentabilidade social, econômica, política e ambiental. Tal situação foi constituída basicamente por políticas de cotas, que deram abertura à inserção de populações excluídas do processo da educação superior.

Em que pese o enorme desafio de superar os obstáculos, historicamente colocados, e a recente posição privatista da década de 1990, é preciso afirmar que no país se renovam as esperanças de uma universidade para todos. Com qualidade, no esforço de seus docentes, na busca da qualificação, no aperfeiçoamento da gestão e estrutura, nos instrumentos de avaliação, controle e certificação, no aumento da produção científica, que são processos fundamentais à construção de uma educação superior de qualidade para o país dentro de uma sociedade que busca superar sua dependência teórica, científica e tecnológica.

## **6 INCENTIVO E DESAFIOS À PESQUISA E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

“Ciência Sem Fronteiras” é um programa que coloca o país em uma ousada política de participação na formação em centros de vanguarda científica e tecnológica do mundo, mas resta saber que espaços terão tais profissionais no retorno, quer em instituições públicas, quer em setores de ciência e tecnologia do país, ainda em atraso e em relativa dependência. Nesse aspecto, o Brasil assume um protagonismo dentro da região da América do Sul, em especial no MERCOSUL; no entanto, tal situação não foi tratada como política regional do próprio MERCOSUL, que seria mais interessante, do ponto de vista da colaboração e cooperação científica e tecnológica entre os países da região.

Pode parecer uma crença, mas é uma aposta em uma nova geração de docentes, pesquisadores, gestores e técnicos mais comprometidos, partícipes de uma missão, como dizia Ortega y Gasset, “pois afinal uma universidade, ou uma formação universitária não serve apenas ao indivíduo, mas a uma sociedade”.

É necessário, como dizia Darcy Ribeiro, grande antropólogo e pensador da educação brasileira, a modernização da universidade, mas não apenas uma modernização técnica, senão que da intelectualidade ligada à vida da nação. Para tal modernização, critica o elitismo, a descontextualização e a alienação universitária, seja pelo precário desenvolvimento científico e formativo realizado nas instituições de ensino superior, seja pela baixa preocupação e ação política em busca de transformações sociais. Some-se a isso, hoje, as prementes questões ambientais (ou socioambientais) pela visão fragmentada entre ensino, pesquisa e extensão da qual ainda padecemos; a falta de conhecimento e interação social local, nacional ou regional, compreendendo esta última, uma concepção de MERCOSUL e de um compromisso com a América Latina e seus povos.

Há um grande e eminente risco pelo modo como se desenvolvem as decisões referentes à universidade e à educação superior no Brasil. Desde cima, dos governos, há uma falta de visão de conjunto. Só recentemente, por exemplo, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão do Ministério de Educação, que se preocupava com a formação de mestres e doutores passou a se (pre)ocupar diretamente com a formação continuada e qualificação de professores da Educação Básica. É ainda uma “agência” elitista, mas que sofreu fortes transformações nos últimos governos, passando a perceber a necessidade da importância da formação nos níveis docentes básicos a partir de

programas como PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), PRODOCÊNCIA (Programa de Consolidação das Licenciaturas) e PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica).

Somente em 2005 foi instituída a Universidade Aberta à Distância (UAB) para preencher o vazio, o vácuo institucional de um país continente, onde determinadas regiões estavam totalmente a descoberto na formação universitária. O interesse particular privatista, como negócio, não se interessou, em um primeiro momento, por regiões isoladas e distantes dos grandes centros populacionais. Posteriormente, a educação a distância, privada, espalhou-se pelo país mais fortemente depois do ano 2000, seguindo uma tendência tecnicista ultrapassada.

Fortes diferenças regionais reforçavam-se ainda mais quando se observava indicadores educacionais do ensino superior. Sobre o ensino a distância, é preciso dizer que ele foi e ainda é visto com alta desconfiança pelas instituições públicas universitárias. Tal situação pode ser entendida porque fazem o papel do docente ou professor, um bolsista ou tutor, situação tratada como precarização do trabalho docente pelas representações sindicais. Não houve uma aposta forte no sentido da educação a distância por parte das instituições públicas, o que abriu enorme espaço a instituições privadas com um ensino a distância, que por vezes se assemelha ao ensino programado da década de 1970.

Sobre as bases acadêmicas no ensino superior público ou privado não se percebe que é preciso inovar, integrar áreas de conhecimento, superar o caráter monodisciplinar do ensino. Precisam-se implantar inovações curriculares, dinamizando as propostas formativas, remodelando metodologias de ensino, constituindo grupos de pesquisa e formação, garantindo novos métodos de acesso, ensino e pesquisa e, fundamentalmente, de permanência e vivência da universidade.

É preocupante a situação, pois falta ao estudante brasileiro viver, vivenciar a universidade e à universidade falta o querer viver acadêmico, de fato, garantindo a presença do docente e do discente como agentes e protagonistas da formação e desenvolvimento da educação superior com ensino, pesquisa e extensão. É preciso superar a visão escolástica, medieval, presente nas formações superiores brasileiras de alunos tidos apenas como ouvintes passageiros, para conseguir a vivência na universidade.

Se tal situação é vivida, em parte nas universidades públicas, em virtude da dedicação exclusiva dos seus docentes, em contrapartida, apenas um restrito número de alunos estuda em tempo integral. Os cursos de licenciatura ou formação de professores nunca foram contemplados com essa vivência, a não ser recentemente pelo PIBID. São as licenciaturas, em

sua maioria, cursos noturnos e, obviamente, limitados em sua formação. Quanto às instituições privadas, o que vemos, com raras exceções de cursos, como os de Medicina e outros da saúde, a ambiência de estudos é apenas parcial, o que compromete a qualidade formativa.

Outra questão colocada como obstáculo é que há risco eminente de aprofundarem-se desequilíbrios à educação superior no país quando ainda a grande maioria dos mestres e doutores está se formando e sua atuação concentra-se nas regiões Sul e Sudeste do país (regiões mais desenvolvidas do Brasil que concentram mais de 2/3 do PIB). Some-se a isso, a destinação de menor parte dos recursos de pesquisa a outras regiões, que correspondem a mais de 2/3, como Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Muito se critica a exploração da Amazônia, mas pouco se investe na formação de quadros de formação e pesquisa para um desenvolvimento com sustentabilidade desse vasto território, tão rico de biodiversidade quanto de cultura, que corresponde a 2/3 do território brasileiro. Para sua preservação, é necessário salvaguardar suas características de maneira estratégica, pois não se pode replicar um modelo de desenvolvimento ao modo como se constituiu no Sul e Sudeste do país, que deixou altos passivos socioambientais.

Há risco eminente também quando o modelo de formação ofertado é coberto, em sua maioria absoluta, pela iniciativa privada, descomprometida com o desenvolvimento local e nacional. Essas instituições carecem de bons fundamentos de gestão da educação e formação, da preocupação com a pesquisa, já que o que impera é a busca do lucro e do número de matrículas em cursos de status (cursos de Direito proliferaram pelo país, embora menos de 25% dos estudantes consigam autorização a partir de uma avaliação da própria Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, para advogar), sem, muitas vezes, condições satisfatórias de formação. Ao invés de ser instrumento de universalização da educação superior, embora também seja assertiva duvidosa, o que ocorre em inúmeras instituições de ensino superior é uma espécie de perniciosa banalização da formação universitária. Há o acesso ao título, que nem sempre corresponde a uma qualificação profissional suficiente.

Há conivência avaliativa do Ministério da Educação em relação a essa questão, pela falta de rigor nas avaliações, permitindo formações sem estruturas adequadas de bibliotecas e laboratórios e corpos de docentes débeis e frágeis, sem que formem equipes docentes sólidas. Passado o período avaliativo, muitos mestres e doutores são simplesmente desligados e tal situação faz lembrar a época em que se deslocavam bibliotecas para aprovar cursos. Passada a visita avaliativa, os livros retornavam à biblioteca central, de onde foram “emprestados”. Tal

situação se repete com docentes titulados, mestres e doutores, uma vez aprovado o curso ou reavaliado.

## **7 ESTRUTURAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**

É necessário o fortalecimento das instituições públicas existentes. É fundamental a criação de novas instituições públicas, na busca por uma condição do trato da educação superior não como mercadoria, mas algo vital não apenas ao interesse individual formativo de cada estudante ou dos governos, senão que da sociedade brasileira e dos povos que a formaram. Fala-se de povos, porque o Brasil é um misto de diferentes culturas que compõem uma riqueza cultural enorme, com sua diversidade de modos de existência, de línguas e tradições, ainda presente. Este é um país que tem como oficial a Língua Portuguesa e uma enorme diversidade de outras línguas que passa de duas centenas, coexistindo saberes diversos e dos quais a universidade não pode e nem deve manter-se distante, a bem da sociedade brasileira e da produção de um conhecimento original e contextualizado com tal diversidade cultural e também de biodiversidade.

Assim, não pode um país depender dos interesses privados apenas, pois há um subjugo da nação pela forma que acontece a realização da educação superior, que privilegia uma ideia de formação mercantilizada.

Mas há outros problemas: e nossas universidades públicas, como reagem? São de fato públicas ou pertencentes ao corporativismo acadêmico? O que fazem? Como participam de tais processos? Continuarão a repetir suas existências elitistas? Como rearticulá-las? Como fazê-las interagir fortemente com a sociedade?

Não é possível simplesmente replicar novas instituições públicas no velho modelo arcaico departamental, hierárquico e isolado. Urge, que novas universidades públicas sejam criadas; as universidades públicas existentes se renovem, inovem e tornem-se, não ferramentas individuais de acúmulo de cultura e riqueza como tradicionalmente servem, mas mecanismos para mudanças sociais, instrumentos de transformação social e empoderamento de uma sociedade.

Nesse sentido, foram dados passos políticos nesta última década, essencialmente nas últimas gestões governamentais, adotando os governos uma sensibilidade para um conjunto acadêmico comprometido que luta historicamente pela construção e fortalecimento da universidade pública brasileira. O desafio é o aprofundamento das mudanças necessárias,

porém ainda não foram dados passos e/ou criadas medidas suficientes para a superação do passivo socioeducativo universitário herdado de um passado longínquo de formação do país, ou mesmo do herdado recentemente de pouco mais de uma década. A visão neoliberal, como o caso do modelo privatista implantado, é profundamente marcante no sentido da exclusão e produção da desigualdade.

Nesse marco, entretanto, por mais que insistam, os privatistas liberais não têm muito do que se orgulhar, dado o fraco desempenho de seu modelo formativo, se é que de modelo pode ser chamado. Podem se orgulhar do número de matriculados arrebanhado a toda sorte em inúmeros cursos e instituições Brasil afora, mas isso não constitui um legado formativo a essas novas gerações ou aos que se encontram já formados em tais instituições. Tal situação, ao invés, é um legado que compromete o próprio desenvolvimento do país e muitas vezes a vida dos estudantes que passaram por tais instituições. Esse é um dos aspectos mais perversos da formação privatista, pois cobra por algo que não fornece ou fornece precariamente, o que compromete a vida do cidadão, do profissional e seu exercício posterior e dá um legado de mal formados, despreparados à sociedade brasileira e às exigências da época atual.

Quanto aos seus corpos docentes e técnico-administrativos, se é que assim se pode chamá-los, são mais uma espécie de prestadores de serviços, horistas, submetidos a uma situação de dependência e subserviência institucional e mesmo de manutenção de discentes, o que cria uma postura paternalista e precariamente formativa. Os docentes não constituem equipes de formação e muito menos de pesquisa, excetuando-se raras instituições, o que, sem dúvida, compromete a formação de uma inteligência transformadora frente aos desafios da contemporaneidade e do próprio país.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É preciso repensar profundamente a educação brasileira, suas instituições de ensino superior, suas universidades, observando-as como componentes essenciais de um sistema educativo que, infelizmente, ainda carece de consistência, ou o que para muitos ainda não é um verdadeiro sistema, pois a educação básica é um amontoado de redes de ensino, assim como a educação superior é um conjunto de instituições justapostas.

É preciso pensar as instituições de ensino superior, em especial fortalecendo e expandindo as que são denominadas de Universidades, como parte de um esforço para a construção da nação e como contribuintes à integração brasileira e seu desenvolvimento.

Instituições que podem/devem contribuir à integração regional com o MERCOSUL e em ampla dimensão para a construção de um protagonismo dos povos da América Latina, suas culturas, seus saberes, seus ambientes, nas pequenas ou grandes cidades, no campo.

Cabe à universidade ser o espaço de pensar a própria nação, dentro de um contexto de descolonização histórica. Atualmente, um local onde se discutam as forças neoliberais globalizantes que somente se direcionam ao apoderamento das riquezas dos povos em desenvolvimento, ou então que se preocupam em vender suas quinquilharias, como se isso fosse acesso à qualidade de vida. Na verdade, promovem o empobrecimento socioambiental e selam a dependência econômica, aprofundando os problemas sociais e socioambientais já existentes.

Mas pensar e remodelar a educação superior irá requerer uma forte reorganização das políticas públicas para a educação como um todo e dentro dela para a educação superior. Haverá a necessidade de uma reestruturação orgânica e interativa das universidades com seus contextos sociais; da efetiva construção da autonomia, o fortalecimento do financiamento público por meio de um fundo para o financiamento da educação pública superior, independentemente do ente federado que a mantenha; uma profunda modificação e modernização da gestão em todas as estruturas normativas, organizacionais, administrativas e acadêmicas, meta nada fácil de ser atingida, senão com enorme esforço de uma geração ou mais de políticos, acadêmicos e cidadãos dedicados à causa de universidades para todos os que a aspiram ou desejam, com alta qualidade para a sociedade.

Tal situação, por fim, precisa passar antes por uma sábia decisão política da própria sociedade brasileira de maneira democrática, sabendo que uma universidade é também um reflexo de sua própria sociedade, em cada fase ou momento histórico que vivencia, representando em sua expressão o conjunto de forças políticas, científicas e acadêmicas reunidas em um dado momento.

Todos os cidadãos são agentes da universidade. Se estiver melhor amanhã para novos docentes, técnicos, discentes e para a sociedade, é porque hoje houve decisão política para fazê-la, interferindo nas instituições herdadas e nas condições sociais herdadas. O certo é que a educação superior possui um espaço privilegiado do pensamento e de formação humana com o qual não pode negligenciar. Possui direta responsabilidade para com a Educação Básica, para com a Ciência e Tecnologia do país e para com o desenvolvimento cidadão de uma nação.

## **REFLEXIONES SOBRE LA EDUCACIÓN SUPERIOR DE BRASIL: OBSTÁCULOS A LA UNIVERSALIZACIÓN Y CONSTRUCCIÓN DE CALIDAD**

### **RESUMEN**

Este estudio es una reflexión sobre la educación superior contemporánea brasileña y analiza su estado, desafíos para la universalización y construcción de la calidad. Por lo tanto, era necesario observar las características y peculiaridades de las políticas públicas que emanan de los últimos tiempos, que comprende especialmente las últimas tres décadas. El estudio se clasifica como descriptivo, retrospectivo basado en la revisión documental y literaria. En cuanto a la técnica de recolección de datos, las búsquedas se hacen con palabras clave y acceso en archivos y documentos; como el análisis de los datos, es la lectura, el análisis crítico y la dialéctica basada en marco teórico específico. Como resultado señala que es necesario repensar profundamente la educación brasileña, sus instituciones de educación superior y sus universidades, viéndolos como componentes esenciales de un sistema de educación; no es estratégica para el país para mantenerlos como un conjunto de instituciones inconexas y o yuxtapuesto solamente por la ley. Pensar y reformar la educación superior requerirá una fuerte reorganización de las políticas públicas para la educación en su conjunto.

**Palabras clave:** educación superior brasileña; políticas públicas; universidad; universalización; calidad de la educación.

### **REFERÊNCIAS**

AARROSA, S. (Org.). **A Educação superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)>. Acesso em: 15 mar. 2014.

CIÊNCIA Sem Fronteiras. Disponível em: <[www.cienciasemfronteiras.gov.br](http://www.cienciasemfronteiras.gov.br)>. Acesso em: 24 abr. 2015.

MALNIC, Gerhard; STEINER, João E. **Ensino superior: conceito e dinâmica**. Editora Edusp: São Paulo, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo. Atlas, 2002.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 1, maio/ago. 2000, p. 131-150.

MOROSINI, M. (Org.). **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

ORTEGA Y GASSET, J. **Misión de la universidad**. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

PAULA, Maria de Fátima de. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Revista da Avaliação da Educação Superior**. ISSN 1414-4077, Campinas, mar. 2009.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade**: nove séculos de história. Passo Fundo: EdiUpf, 1998.

SCHWARTZMAN, S. **Ciência, universidade e ideologia**: a política do conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SGUISSARDI, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (Org.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

VARA COOMONTE, A. Educación, reproducción o cambio social. In: **Educación y Sociedad**. Universidad de Sevilla. Nau Livres, 1983.

Recebido em 15 de setembro de 2015. Aprovado em 20 de outubro de 2015.